

TERMO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO Nº 049/2020

TERMO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, E A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, com sede na Av. Álvares Cabral, nº 1690, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, CEP 30.170-008, inscrita no CNPJ nº 20.971.057/0001-45, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet, a seguir denominado PGJ/Titular do Crédito, com interveniência do Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais, neste ato representado pelo seu Presidente Daniel de Oliveira Malard, a seguir denominado FUNEMP, e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, com sede na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.143, em Belo Horizonte/MG, CEP 31.630-900, inscrita no CNPJ nº 00.957.404/0001-78, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Germano Luiz Gomes Vieira, doravante denominado Proponente/Gerenciador do Crédito, e

CONSIDERANDO que o Grupo Coordenador do FUNEMP aprovou o plano de trabalho em anexo e o repasse de recursos do Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais;

Resolvem, observado todo o contido na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, na Lei Federal nº 4.320/64, no Decreto Estadual nº 46.304/13 celebrar o presente Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário - TDCO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a descentralização de créditos orçamentários e financeiros para o custeio do projeto de "Estruturação da Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro - SUPRAM LM", conforme descrito no plano de trabalho, parte integrante deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

Os créditos orçamentários estimados no valor de R\$ 88.830,00 (oitenta e oito mil oitocentos e trinta reais) correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias e serão desembolsados conforme cronograma constante do Plano de Trabalho:

4441.03.122.737.1.009.0001.4.4.90.52.01 - 60.1; 4441.03.122.737.1.009.0001.4.4.90.52.10 - 60.1; 4441.03.122.737.1.009.0001.4.4.90.52.08 - 60.1; 4441.03.122.737.1.009.0001.4.4.90.52.07 - 60.1; 4441.03.122.737.1.009.0001.4.4.90.52.12 - 60.1; 4441.03.122.737.1.009.0001.4.4.90.52.14 - 60.1; 4441.03.122.737.1.009.0001.4.4.90.52.20 - 60.1; 4441.03.122.737.1.009.0001.3.3.90.30.16 - 60.1 e

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1 – São Obrigações da PGJ/Titular do Crédito:

4441.03.122.737.1.009.0001.3.3.90.30.24 - 60.1.

- a) Garantir e responsabilizar-se pelos recursos orçamentários e financeiros necessários, bem como pelos reajustamentos previstos em contrato;
- b) Liberar em tempo hábil os recursos destinados ao pagamento das ações executadas;
- c) Deliberar sobre as solicitações de acréscimos que recaírem sobre os contratos firmados em cumprimento ao presente Termo, quando implicarem aumento dos custos financeiros necessários à sua realização:
- d) Realizar os procedimentos administrativos exigidos para a descentralização do crédito, incluindo as atividades necessárias junto aos sistemas SIAD e SIAFI;
- e) Promover a delegação de competência para ordenação de despesas;
- f) Inserir, na proposta orçamentária para o exercício seguinte, os valores necessários à cobertura das ações de execução plurianual;
- g) Acompanhar a execução física do projeto;
- h) Analisar e aprovar a Prestação de Contas dos recursos financeiros deste Termo;
- i) Responsabilizar-se pela publicação deste Termo e de quaisquer atos deles decorrentes no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais.

3.2 - São obrigações do Proponente/Gerenciador do Crédito:

- a) Promover os procedimentos licitatórios necessários à execução do projeto e celebrar os contratos deles resultantes, na forma da Lei nº 8.666/93;
- b) Responsabilizar-se pela regularidade de toda a documentação necessária à instrução do(s) edita(is) de licitação, destinados às aquisições e contratações de serviços necessários ao cumprimento do objeto deste Termo, cuidando para que os trâmites sejam realizados na maior brevidade possível;
- c) Apresentar à PGJ/Titular do Crédito, em tempo hábil, os pedidos de liberação de recursos destinados ao pagamento das despesas referentes ao cumprimento do presente Termo;
- d) Submeter à prévia autorização da **PGJ/Titular do Crédito** todos os acréscimos que recaírem sobre os contratos firmados no âmbito deste Termo, quando implicarem aumento de custos financeiros necessários à sua realização, nos termos do inciso III, do art. 4º, do Decreto nº 46.304, de 29/08/13;
- e) Responsabilizar-se pelo empenho, liquidação e pagamento da despesa após a descentralização pela PGJ/Titular do Crédito;
- f) Informar ao Administrador de Segurança da PGJ/Titular do Crédito a identificação dos usuários da unidade Executora para fins de execução orçamentária do presente Termo;
- g) Cadastrar os credores vinculados aos contratos de serviços no SIAFI/MG e SIAD/MG;
- h) Cadastrar os contratos celebrados no SIAFI/MG e SIAD/MG;
- i) Registrar e baixar contabilmente no SIAFI/MG e no SIAD/MG os contratos celebrados;
- j) No caso de execução plurianual, encaminhar à PGJ/Titular do Crédito, no mês de julho de cada exercício financeiro, o valor a ser executado no Orçamento Fiscal do exercício subsequente, para inserção na sua proposta orçamentária;
- k) Enviar à PGJ/Titular do Crédito Relatório de Execução Físico-Financeira da Prestação de Contas, até 60 (sessenta) dias após o término da execução deste Termo;
- 1) Manter arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste Termo;

1 of 5 25/07/2022 11:50

m) Prestar contas junto aos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Proponente/Gerenciador do Crédito prestará contas à PGJ/Titular do Crédito no prazo de 60 (sessenta) dias após o término da vigência deste instrumento, com os seguintes documentos, no

- a) oficio de encaminhamento, com relatório de cumprimento do objeto;
- b) cópia das notas fiscais emitidas pelas empresas contratadas:
- c) informações sobre os empenhos, liquidações e pagamentos realizados.

Parágrafo Único. A prestação de contas a que se refere o caput desta cláusula não exime o Proponente/Gerenciador do Crédito da prestação de contas aos órgãos de controle interno e externo a que refere a alínea "m" da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUINTA- DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

- 5.1 O prazo de vigência do presente Termo de Descentralização de Créditos Orçamentários-TDCO é de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, acrescido de 60 (sessenta) dias para apresentação da prestação de contas.
- 5.2 O presente Instrumento poderá ser aditado com as justificativas técnicas, mediante proposta a ser apresentada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do seu término e desde que aceitas, mutuamente, pelos partícipes, dentro de seu prazo de vigência, vedada a alteração de seu objeto.

Parágrafo Único. É vedado o aditamento deste Termo de Descentralização de Créditos Orçamentários-TDCO com o intuito de alterar o seu objeto, entendido como tal a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida no correspondente plano de trabalho, configurando mudança de objeto, mesmo que não haja alteração da classificação econômica da despesa.

CLÁUSULA SEXTA- DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

- 6.1 Este Termo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante comunicação expressa, ou por superveniência de norma legal ou administrativa que o torne inexequível, ou, também, ser resilido por mútuo acordo ou se houver o inadimplemento de qualquer das cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros e saldados os compromissos financeiros, caso existam.
- 6.2 Nos casos de denúncia ou resilição, as pendências ou trabalhos em fase de execução serão definidos e resolvidos por meio de Termo de Encerramento que defina e atribua as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um deles e das pendências.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E PUBLICIDADE

- 7.1 O presente instrumento será publicado pela PGJ/Titular do Crédito no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais, nos termos da Lei nº 8.666/93.
- 7.2 A eventual publicidade de obras, aquisições, serviços ou de quaisquer outros atos executados em função deste Termo, ou que com ele tenham alguma relação, devem ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos em geral.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1 Qualquer alteração, no todo ou em parte, dos direitos e obrigações assumidas no presente Termo somente será efetivada mediante acordo entre os partícipes, por meio de Termo Aditivo.
- 8.2 Todas as notificações relacionadas a este Termo serão efetuadas por escrito.
- 8.3 Os bens patrimonializáveis adquiridos com os recursos consignados neste Termo incorporação o patrimônio da Proponente, visando assegurar a continuidade do objetivo do instrumento.
- 8.4 A responsabilidade pela correta aplicação dos recursos é do ordenador de despesas do Proponente/Gerenciador do Crédito.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo, que não possam ser solucionadas administrativamente entre os partícipes, é competente o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG.

E por estarem de acordo com as condições e cláusulas estabelecidas os partícipes firmam o presente instrumento, para um só efeito de direito, por meio de assinatura/senha eletrônica, na presença de duas testemunhas

PGJ/Titular do Crédito

Antônio Sérgio Tonet Procurador-Geral de Justica

FUNEMP:

Daniel de Oliveira Malard Presidente

Proponente/Gerenciador do Crédito

Germano Luiz Gomes Vieira

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

TERMO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

ANEXO ÚNICO

PLANO DE TRABALHO

I – TÍTULO DA ACÃO:

Estruturação da Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro

II - IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES:

PROPONENTE/GERENCIADOR DO CRÉDITO CNPJ

2 of 5 25/07/2022 11:50

Secretaria de Estado de Me	io Ambient	e e Desenvolvimento	00.057.40.4/0001.70			
Sustentável/SEMAD			00.957.404/0001-78			
ENDEREÇO						
Rodovia João Paulo II, 414	3, Bairro So	erra Verde.				
CIDADE		UF	CEP	TELEFONE		
Belo Horizonte		MG	31630-900	31 – 3915-1664		
CONTA CORRENTE BANCO		AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO			
NOME DO RESPONSÁV	EL PELA	INSTITUIÇÃO	CPF			
Germano Luiz Gomes Viei	ra		051.529.976 - 65			
CI/ÓRGÃO EXPEDIDO	R	CARGO/FUNÇÃO		MATRÍCULA		
M9274686 - SSP		Secretário de Estado de Meio Ambient	M1285876			

ÓRGÃO/ENTIDADE CONCEDENTE Ministério Público do Estado de Minas Gerais	CNPJ 20.971.057/0001-45				
ENDEREÇO Avenida Álvares Cabral, 1690 - Bairro Santo	ENDEREÇO Avenida Álvares Cabral, 1690 - Bairro Santo Agostinho				
CIDADE Belo Horizonte	UF MG	CEP 30.170-001	DDD/TELEFONE (31) 3330-8132	INSC. ESTADUAL Isento	
NOME DO RESPONSÁVEL Antônio Sérgio Tonet		CPF			
CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR CARGO/FUNÇÃ Procurador-Geral d					

III - OBJETO:

Este projeto visa equipar a unidade administrativa atuante na execução da política de meio ambiente, floresta e recursos hídricos, com aparato tecnológico, mobiliários e ferramentas, que irão auxiliar no exercício das funções de fiscalização e regularização ambiental, assim como nas atividades operacionais e administrativas, na área de abrangência territorial da Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro (Supram Leste Mineiro), possibilitando assim maior eficiência no processo de regularização e fiscalização ambiental, ações estas fundamentais a um meio ambiente saudável.

IV - JUSTIFICATIVA:

As atividades de fiscalização e licenciamento ambiental são exercidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), por meio de suas unidades administrativas: as Superintendências Regionais de Meio Ambiente (Suprams), distribuídas por nove regiões do Estado, e a Superintendência de Projetos Prioritários (Suppri).

Fiscalização ambiental é qualquer ação de controle, exercida pelo Poder Público, para proteger os recursos ambientais, manter a integridade do meio ambiente, bem como assegurar o uso racional dos recursos naturais e seus subprodutos, coibindo as ações prejudiciais do homem sobre a natureza.

Os agentes credenciados, no exercício da função de fiscal, exercem o poder de polícia administrativa, para assegurar a proteção do meio ambiente garantindo o controle da poluição e da degradação ambiental, promovendo o uso racional dos recursos naturais, todas as ações são em prol da melhoria da qualidade ambiental.

O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Cabe à SUPRAM LM o atendimento de requisições oriundas de controle e execução. Autuando neste tipo de ação, entre os anos de 2015 e 2019, a SUPRAM LM atendeu aproximadamente 4500 requisições, em sua maioria oriundas do Poder Judiciário e do Ministério Público, sendo ainda, a maior parte destas, atendidas por meio de fiscalizações e vistorias técnicas, que demandaram recursos de naturezas diversas.

Importante destacar que a SUPRAM LM, com sede em Governador Valadares, possui jurisdição sobre 146 (cento e quarenta e seis) municípios, inseridos em três bacias hidrográficas distintas: Rio Doce, Mucuri e São Mateus.

Constantemente, a ausência de ferramentas e recursos vem prejudicando a atuação dos agentes (Gestores e Analistas ambientais), demandando significativo esforço dos gestores para garantia e cumprimento das atribuições. Assim, no atual momento a Superintendência Regional de Meio Ambiente carece de apoio em um processo de estruturação já iniciado.

Suprir as carências tecnológicas, estruturais e de mobiliários ainda presentes na Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro irá contribuir para garantir uma prestação do serviço público mais célere e eficaz, visando a preservação e uso sustentável dos recursos ambientais e hídricos, direito coletivo e fundamental ao ser humano.

V – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA: (DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO)

V.1 CONCEDENTE

Ação	Fonte	Natureza da Despesa	Valor (R\$)	Mês/Ano
1009	60.1	Itens 01 a 11 e 13 - Investimento Itens 12 e 14 - Custeio	R\$ 88.830,00	

Nº de Ordem	Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
01	DRONE Aeronave remotamente pilotada Rpa (Drone) - Autonomia de voo: mínimo 30 minutos; Velocidade cruzeiro: igual ou superior a 31 Moh (50 Km/h); Teto: máximo 19685 pés (6000 m); Estabilidade: suporta ventos máxima de 10 m/s; Motorização: elétrica sem escova; Componente: câmera de 20 Mp - 4k	03	5.500,00	16.500,00
02	PAQUÍMETRO DIGITAL Tipo: digital; Tipo de Medição: interna, externa, profundidade e ressaltos; Divisão: repetitividade 0,01mm; Capacidade de Medida: leitura 0,01mm; Régua de 15cm	02	780,00	1.560,00
03	LENTE TELEFOTO Lente Objetiva - Compatibilidade: câmera fotográfica digital; Distância Focal: 55-250mm; Abertura Diafragma: 1:4-5.6	01	2.800,00	2.800,00
04	IMPRESSORA TÉRMICA DE ETIQUETAS Impressora de Código de Barras - Método de Impressão: transferência térmica ou térmica direta; Velocidade: mínimo 4 polegadas por segundo; Resolução: 203 Dpi; Largura de Impressão: mínimo 104 Mm/4,09 polegadas; Memória: 8mb Dram/4mb Flash; Interface de Comunicação: serial, paralela Bi-Direcional e Usb	01	1.500,00	1.500,00

3 of 5 25/07/2022 11:50

	CÂMERA DIGITAL			
05	Câmera Fotográfica Digital - Visor: led ou led 3.0 polegadas; Flash: embutido; Zoom: optico 3x; Imagem: digitalizada, mínimo de 18 Mp; Acessórios (1): Lente Objetiva 18 - 55 Mm; Acessórios Opcionais (1): Bateria Recarregável; Cartão de Memória 16 Gb Min	01	1.600,00	1.600,00
	VENTILADOR DE COLUNA			
06	Não Industrial - Potência motor: 1/4 Hp; Altura Regulável: 60cm a 120cm; Velocidade (Rpm): mínima de 300 e máxima de 1300; Número de Velocidades: 04 velocidades reguláveis; Medidas da grade: 500mm; Movimentação de Ar: 225 m3/minuto; Tensão: 110/220 Volts	05	350,00	1.750,00
	CÂMERA DE SEGURANCA		1	
07	Câmera de Segurança (CFTV) - Tipo: bullet policromática varifocal HD 720p; Sistema: Ip; Tipo Transmissão: com cabo; Ângulo Visão: 36 a 90 graus(horizontal 720p); Sensibilidade: 0,05 Lux; Acessórios: suporte para instalação e fixação	08	90,00	720,00
	ARMÁRIO DE ACO			
08	Armário para escritório - Tipo: alto; Matéria-prima: aço chapa 22 (0,75mm); Prateleiras/Suporte: 04 prateleiras internas reguláveis de 5 em 5 cm; Gavetas: sem vavetas; Portas: 2 portas; Estrutura/Base: aço; dimensões: 198 x 90 x 45 (axlxp)	03	650,00	1.950,00
	ESTANTE DE ACO		1	
09	Estante para almoxarifado - Matéria-prima: chapa de aço de baixo teor de carbono; Composição: 06 prateleiras com chapa de aço número 24; Tipo: travamento Em x; Coluna: 4 Colunas Com Abas De 3,5cm; Dimensoes: 1,98 x 0,92 x 0,40 (Axlxp);	60	180,00	10.800,00
	COMPUTADOR			
10	Modelo: Workstation; Software: Windows 10 Prof. 64 Oem; Memória: 32gb Ddr4-2133; Processador: Clock Mínimo 3,5ghz,4 Núcleos, 8 Threads; Disco Rígido: 01 Ssd/250gb/Sataiii, 01 Hdd/1tb/Sataiii/7200rpm; Monitor: Led 23 Polegadas; Resolução de imagem: 1920x1080 a 60hz	06	5.500,00	33.000,00
	SCANNER			
11	Tipo: Mesa; Área de Digitalização: até 210x297mm (a4 Tipo i); Resolução: Mínimo 600 Dpi / 48 Bits; Interface: Usb 3.0 Compatível com 2.0; Acessórios: Software De Captura Oct Para Odt Ou Doc e Pdf;	02	3.000,00	6.000,00
	MONITOR DELL			
12	Monitor de Vídeo (consumo) - Tela: Led Touchscreen; Tamanho: 23 polegadas; Pixel Pitch (Mm Max): 0,265 Mm; Resolução de Imagem: 1920 x 1080; Sinal de Vídeo: HDMI; Cores: 16,7 milhões; Frequência Vertical: 56 - 75 Hz; Frequência Horizontal: 30 - 83 Khz; Largura Banda Vídeo: conforme fabricante; Brilho: Cd/m2; Contraste: 1000:1; Tempo de Resposta: 6 Ms; Deflexão/Ângulo de Visão: 178 Graus/178 Graus; Conector de Entrada: displayport1.2, HDMI(Mhl), Vga, 1 Usb3.0, 1 Usb2.0; Base: fixa; Acessórios: cabo de força e cabo de vídeo HDMI; Alimentação: 100-240v; Consumo: conforme fabricante	10	750,00	7.500,00
	CARRINHO COM RODAS			
13	Carrinho de Mão tipo transporte de bagagem - Estrutura: Aço Pintado; Número de Rodas: 02 (duas) rodas; Capacidade de Carga: 200 Kg; Medidas: 0,60cm x 0,63cm x 1,20cm (lxcxa) aproximadas	01	350,00	350,00
14	BATERIA Bateria Para Rpa (Drone) - Identificação: Lipo 3s; Tensão: 11,4v; Amperagem: 3830mah; Potência: 43,6wh; Compatibilidade: Mavic Pro Dji	04	700,00	2.800,00
	Total: R\$ 88.830.00 (oitenta e oito mil oitocentos e trinta reais)		1	

VI - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

		Especificação	Indicador Físico		Duração	
		Especificação	Unidade	Quantidade	Início	Término
		Aquisição de Computador		06	Maio/2020	Maio/2021
		Aquisição de Scanner		02	Maio/2020	Maio/2021
		Aquisição de Monitor		10	Maio/2020	Maio/2021
		Aquisição Paquímetro Digital		02	Maio/2020	Maio/2021
		Aquisição de Drone		03	Maio/2020	Maio/2021
Meta	Etapa/Fase	Aquisição de Bateria		04	Maio/2020	Maio/2021
Meta	UNICA	Aquisição de Câmera Digital		01	Maio/2020	Maio/2021
		Aquisição de Lente Telefoto		01	Maio/2020	Maio/2021
		Aquisição Impressora Térmica		01	Maio/2020	Maio/2021
		Aquisição de Estante de aço		60	Maio/2020	Maio/2021
		Aquisição de Armário de aço		03	Maio/2020	Maio/2021
		Aquisição Câmera de Segurança		08	Maio/2020	Maio/2021
		Aquisição Ventilador de Coluna		05	Maio/2020	Maio/2021
		Aquisição Carrinho de Rodas		01	Maio/2020	Maio/2021

VII - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO: R\$ R\$ 88.830,00 (oitenta e oito mil, oitocentos e trinta reais)

Mês	Desembolso
06/2020	R\$ 46.500,00
08/2020	R\$ 26.760,00
10/2020	R\$15.570,00



Documento assinado eletronicamente por GERMANO LUIZ GOMES VIEIRA, Usuário Externo, em 06/05/2020, às 14:14, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por DANIEL DE OLIVEIRA MALARD, PRESIDENTE DO FUNEMP, em 06/05/2020, às 16:38, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de



Documento assinado eletronicamente por ANTONIO SERGIO TONET, PROCURADOR-GERAL DE JUSTICA, em 11/05/2020, às 19:04, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de



Documento assinado eletronicamente por DEBORA CRISTINA BUITRAGO PEREIRA, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP, em 02/06/2020, às 15:50, conforme art. 22, da Resolução aleitrónica de letronicamente por DEBORA CRISTINA BUITRAGO PEREIRA, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP, em 02/06/2020, às 15:50, conforme art. 22, da Resolução eletronicamente por DEBORA CRISTINA BUITRAGO PEREIRA, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP, em 02/06/2020, às 15:50, conforme art. 22, da Resolução eletronicamente por DEBORA CRISTINA BUITRAGO PEREIRA, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP, em 02/06/2020, às 15:50, conforme art. 22, da Resolução eletronicamente por DEBORA CRISTINA BUITRAGO PEREIRA, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP, em 02/06/2020, às 15:50, conforme art. 22, da Resolução eletronicamente por DEBORA CRISTINA BUITRAGO PEREIRA, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP, em 02/06/2020, às 15:50, conforme art. 22, da Resolução eletronicamente por DEBORA CRISTINA BUITRAGO PEREIRA, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP, em 02/06/2020, às 15:50, conforme art. 22, da Resolução eletronicamente por DEBORA CRISTINA BUITRAGO PEREIRA, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP, em 02/06/2020, às 15:50, conforme art. 22, da Resolução eletronicamente por DEBORA CRISTINA BUITRAGO PEREIRA, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP, em 02/06/2020, às 15:50, conforme art. 22, da Resolução eletronicamente por DEBORA CRISTINA BUITRAGO PEREIRA, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP, em 02/06/2020, às 15:50, conforme art. 22, da Resolução eletronicamente por DEBORA CRISTINA BUITRAGO PEREIRA, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP, em 02/06/2020, às 15:50, conforme art. 22, da Resolução eletronicamente por DEBORA CRISTINA BUITRAGO PEREIRA, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP, em 02/06/2020, às 15:50, conforme art. 22, da Resolução eletronicamente por DEBORA CRISTINA BUITRAGO PEREIRA, ANALISTA DO MINISTA DO



Documento assinado eletronicamente por MARCELA MUSSY TOLEDO ALVARENGA, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP, em 02/06/2020, às 16:38, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.

4 of 5 25/07/2022 11:50



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica, informando o código verificador 0239030 e o código CRC CDFDBD22.

Processo SEI: 19.16.2004.0014043/2019-19 / Documento SEI: 0239030

Gerado por: DG/SGA/DGCT

Avenida Álvares Cabral, 1740 - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte/ MG - CEP 30170008

5 of 5 25/07/2022 11:50